

Discussão aberta com parlamentares

REUNIDOS NA FIEG, EMPRESÁRIOS CONCLAMAM BANCADA GOIANA NO CONGRESSO A APROVAR LEI QUE BENEFICIA OS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS

Iniciativa do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (CTMPE) da Fieg, em parceria com o Sebrae e o Fórum Empresarial, reuniu empresários e parlamentares da bancada goiana no Congresso, dia 26 de setembro, com o objetivo de imprimir urgência na apreciação e aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Senadores, deputados federais, presidentes de sindicatos da indústria, lideranças do comércio, técnicos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fieg, discutiram os principais pontos da lei e o quanto ela virá simplificar a burocracia enfrentada notadamente pelos pequenos empreendedores no País.

Representando o Simelgo estavam o presidente Hélio Naves e Valéria Mastrela, da Audiofix, que integra o Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa. Segundo ela, a forte presen-



Empresários discutem principais pontos da lei com parlamentares

ça de parlamentares e do setor produtivo foi um bom sinal de que há consenso em torno da lei. "É preciso que haja mobilização em todos os estados da Federação", afirmou.

A CNI entregou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula

da Silva, documento denominado de Agenda Mínima, para que a atividade produtiva não seja postergada em função dos acontecimentos políticos que estão tomando toda a pauta do Congresso. O documento contém 18 propostas encaminhadas pelo exe-

AVANÇOS NO TEXTO DA LEI

- Cadastro único: simplificação e desburocratização dos processos
- Arrecadação unificada de tributos federais, estaduais e municipais
- Respeito às diferenças de enquadramento em relação às especificidades de cada Estado
- Regras de transição enquanto não aprovada a Lei Geral, preservando-se as garantias e estímulos já alcançados pelas micro e pequenas empresas, a exemplo do Simples

cutivo ao Congresso, dentre elas a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Em Goiás, por solicitação do Conselho, a Assembléia Legislativa realizará, em outubro, em data a ser confirmada, uma audiência pública para tratar do assunto. A expectativa é de que a matéria seja aprovada até o final deste ano.

NESTA EDIÇÃO

EDITORIAL Palestras técnicas se constituem em instrumento de gestão
Página 2

CONVENÇÃO Simelgo fecha acordo com trabalhadores de Jataí
Página 3



SISTEMA TRIBUTÁRIO

Especialista fala como empresa deve agir

Página 4

Estratégia acertada

As questões cotidianas de uma empresa, como metas de produção, vendas, faturamento e impostos podem envolver o empreendedor de tal modo, que o contato com pessoas, profissionais ou mesmo empresários para a troca de informações e experiências, fica restrito. A falta de tempo, muitas vezes, também impede a realização de cursos de atualização e reciclagem de conhecimentos.

Buscando suprir essa lacuna, o Simelgo vem realizando, pelo menos uma vez por mês, palestras técnicas que abordam os mais diversos assuntos de interesse do setor empresarial.

Em agosto, por exemplo, os empresários puderam esclarecer suas dúvidas sobre o sistema tributário nacional com um renomado professor de direito tributário, o advogado Neilton Cruvinel, que falou sobre as

deficiências do Código Tributário Nacional e apresentou uma proposta de modificação da lei (veja matéria completa na página 4).

No mês de setembro, o sindicato recebeu o empresário Antônio Fernando de Oliveira Maia, sócio da MB Engenharia, que trouxe aos associados sua experiência profissional no mundo dos negócios. Cobertura completa do encontro poderá ser conferida na próxima edição do Informativo Simelgo.

SIMELGO ATRAI
EMPRESÁRIOS
COM PALESTRAS
DE ALTO NÍVEL,
QUE ABORDAM
TEMAS ATUAIS

A qualidade alcançada pelas palestras em termos técnicos e de conteúdo tem atraído um número cada vez maior de participantes. Os temas são atuais e chamam atenção por fazerem parte do cotidiano das empresas. O sucesso de cada encontro reforça o ânimo da diretoria e da equipe interna em estar buscando novidades e informações úteis ao crescimento das empresas goianas. O Informativo Simelgo complementa esse serviço de informação, abordando as notícias de interesse ao setor.

Veja nessa edição matéria de capa que fala sobre a atuação do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa, que tem a participação de diretores do Simelgo, e os resultados da Convenção Coletiva de Trabalho, em Jataí, na página 3.

ERRATA

A nota "Reeleição", da edição de agosto deste informativo, colocou Hélio Naves como 3º vice-presidente da nova diretoria da Fieg. O cargo correto é 1º diretor-secretário.



Informativo do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

AV Anhanguera, 5.440, Palácio da Indústria,
5º andar, sala 514, Centro, 74043-010 Goiânia-GO
Fone: (55 62) 332-4462 - www.simelgo.org.br

PRESIDENTE
Hélio Naves

1º SECRETÁRIO
Orizomar A. Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Hélio Naves Júnior

1º TESOUREIRO
Altair Gomes Gontijo

PRODUÇÃO



Síntese
COMUNICAÇÃO

Responsabilidade Técnica
Jornalista Márgara Moraes

Reportagem
Thaís Couto

Fotos
Sílvio Simões

Design Gráfico
Edson de Melo Alves

NOTAS NOTAS NOTAS



Mercado alemão

Embaixador da Alemanha no Brasil, Prot von Kunow, atende imprensa, dia 20 de setembro, durante reunião com o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e o governador de Goiás, Marconi Perillo, na Casa da Indústria, em Goiânia. O encontro abordou as relações entre Brasil e Alemanha. Na ocasião, foi realizado também o seminário Destino Exportador Alemanha. O 1º secretário da Fieg, Hélio Naves, informou que a entidade dispõe de todo o aparato técnico necessário para auxiliar as empresas em suas atividades de exportação. A oportunidade de ingressar no comércio externo vale para as indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico ligadas ao Simelgo.

Incentivo à exportação

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, fechou acordo com a Caixa Econômica Federal para capacitar agentes de comércio exterior, micro e pequenos empresários com interesse em exportação. A novidade foi anunciada durante reunião do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no dia 31 de agosto, em Brasília.

Novo financiamento

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foi aprovado no dia 29 de agosto pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O objetivo é disponibilizar R\$ 200 milhões do FAT para empréstimos de até R\$ 10 mil para pessoas físicas e jurídicas, com faturamento bruto anual de até R\$ 60 mil. Os juros são de até 4% ao mês e o prazo de pagamento pode se estender por dois anos. De acordo com o boletim Fieg Notícias, nº 744, do dia 14 de setembro, o financiamento já está disponível nos bancos oficiais. O site www.mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego traz mais informações.

Comissão promove acordo

REPRESENTADOS POR SEUS SINDICATOS, PATRÕES E TRABALHADORES DE JATAÍ DEFINIRAM OS NOVOS SALÁRIOS A SEREM PRATICADOS PELAS INDÚSTRIAS LOCAIS. O RESULTADO DA REUNIÃO AGRADOU OS PARTICIPANTES

No dia 13 de setembro, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) entre o Simelgo e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Jataí. A única alteração em relação ao documento do ano passado refere-se ao reajuste salarial de 5,54% concedido à categoria. A Comissão, de-

signada pelo presidente do Simelgo, Hélio Naves, foi presidida pelo primeiro secretário do Sindicato, Orizomar Siqueira, com a participação dos diretores Hélio Naves Júnior e Altair Gontijo.

O aumento salarial reivindicado inicialmente pelo sindicato dos trabalhadores era de 15%. As partes chegaram ao consenso de que o reajuste deveria

se basear nos índices de inflação registrados pelo IBGE. Orizomar Siqueira explicou que o cálculo para a correção em 5,54% corresponde à taxa inflacionária dos últimos 12 meses, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A proposta foi aprovada em Assembléia Geral pelas empresas associadas ao Simelgo e, depois de assinada, encaminhada para registro na Delegacia Regional do Trabalho. Hélio Naves e Altair Gontijo ressaltaram a importância do papel desempenhado pela comissão, que conseguiu conduzir a negociação de modo a satisfazer plenamente as partes envolvidas no processo.

Experiência relatada

Dentro da programação de palestras técnicas realizadas pelo Simelgo, o convidado do mês de setembro foi o empresário Antônio Fernando Oliveira Maia, do setor da construção, que falou sobre gestão empresarial. Diante de um auditório lotado, Maia expôs a trajetória da empresa da qual é sócio-fundador, a MB Engenharia, e abordou questões como filosofia empresarial, competitividade e empreendedorismo. Fernando Maia destacou como fundamental para o crescimento de uma organização a capacidade do empresário de enxergar áreas inovadoras e promissoras de atuação. Na foto, quando era apresentado aos convidados pelo presidente do Simelgo, Hélio Naves.



Carga pesada

PALESTRA DISCUTE COBRANÇA DE IMPOSTOS NO PAÍS, CUJO SISTEMA NÃO LEVA EM CONTA O PORTE E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A discussão da reforma tributária, ainda em tramitação no Congresso, cria a oportunidade de transformar a atual realidade das micro e pequenas empresas brasileiras. A alta carga de impostos que pesa sobre esses segmentos constitui-se no maior entrave à ampliação dos empreendimentos e criação de novos postos de trabalho. As deficiências do sistema tributário e propostas de mudança na lei foram abordadas em palestra realizada pelo Simelgo, no dia 17 de agosto, com o advogado e professor de direito tributário, Neilton Cruvinel.

O Código Tributário Nacional (CTN), de 1953, organizou a tributação de forma simplificada e objetiva, com determinação de dois campos econômicos para incidência tributária: os impostos diretos, sobre patrimônio e renda, e os indiretos, sobre produção e circulação de mercadorias. "Ainda que o CTN tenha conseguido organizar o sistema de cobrança de impostos, houve descontinuidade na implantação do código, o que resultou numa ditadura tributária comandada pela União", afirmou Cruvinel. E completou: "Não há razão técnica para a grande quantidade de impostos que oneram o orçamento do cidadão brasileiro".

Durante a palestra, o professor também apresentou alguns pontos de sua proposta "Reforma tributária e uma nova previdência social", encaminhada à Comissão de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, em 1996. Entre as modificações que sugere, ele destacou a unificação do fisco, com o objetivo de centralizar e agilizar o trabalho de fiscalização. Ele propõe também a redução dos impostos em apenas três: Imposto de Renda, que ficaria com a União, Imposto Único Indireto, para o estado, e o Imposto Patrimonial, destinado ao município.

O advogado ainda aponta como fundamental que a distribuição da receita para a União, estados e municípios seja feita ainda na fonte. Ele acredita que o processo atual de intermediação



Hélio Naves convida especialista para falar aos empresários goianos

do dinheiro entre o banco e o destino final, seja estado ou município, possibilita a corrupção de parte dos recursos.

Para o setor empresarial, Cruvinel defende uma reforma tributária que tenha como um dos objetivos a diferenciação da cobrança de impostos de acordo com o tamanho do empreendimento. "As pequenas empresas têm que pagar a metade dos tributos previstos atualmente, já as micro não podem ser cobradas, desde que comprem com nota fiscal", pontuou. O especialista acredita ainda que a implantação de um sistema justo e racional depende de uma tributação

maior, em termos percentuais, para a classe social de alto poder aquisitivo e outra menor, para quem é de baixa renda. "Se a lei continuar a cobrar imposto das pessoas mais carentes, a economia não vai prosperar. O rico tem pagar uma carga maior de tributos, não só porque tem mais recursos, mas porque a única forma de movimentar o mercado é distribuindo renda e riqueza", afirmou.

AÇÃO FISCAL

Neilton Cruvinel tem larga experiência como profissional do Fisco no Estado de Goiás, tendo atuado como auditor de tributos federais. Durante a palestra, ele falou aos empresários sobre as condutas via de regra adotadas por quem atua no Fisco e orientou os empresários sobre como proceder quando um fiscal bate à porta. O advogado enfatizou que o proprietário deve estar ciente da contabilidade da empresa, porém, deve deixar que o fiscal seja atendido pela pessoa responsável pela receita. E concluiu: "Em geral, o fiscal prefere visitar as micro e pequenas empresas pela facilidade na operacionalização do trabalho, ao invés dos grandes empreendimentos, que possuem maior quantidade de documentos e de produtos no estoque a serem checados".



Cruvinel defende tributação diferenciada para pequena empresa